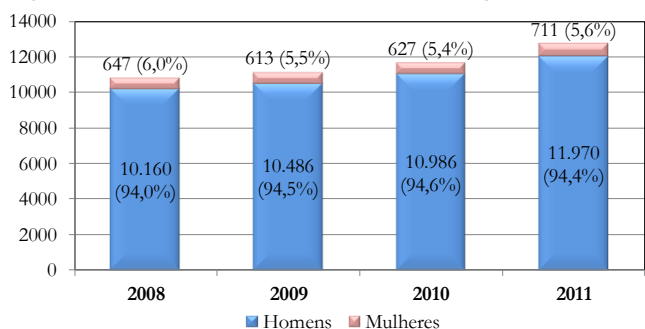


## Estatísticas sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e jovens internados em centros educativos (2008-2011)

O presente documento pretende retratar a evolução de alguns indicadores sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e sobre jovens internados em centros educativos, entre os anos de 2008 e 2011.

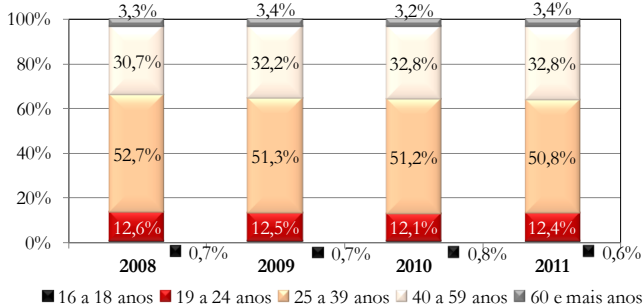
Figura 1 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o sexo



### Caracterização dos reclusos nos estabelecimentos prisionais<sup>1</sup>

A observação da **figura 1** permite verificar que entre os anos de 2008 e 2011 se registou um aumento de cerca de 17,3% no **número total de reclusos** em estabelecimentos prisionais (passando de 10.807 em 2008 para 12.681 em 2011). Contudo, esse aumento não é uniforme, tendo sido verificado um aumento de 17,8% no número de reclusos do sexo masculino e de 9,9% no número de reclusos do sexo feminino.

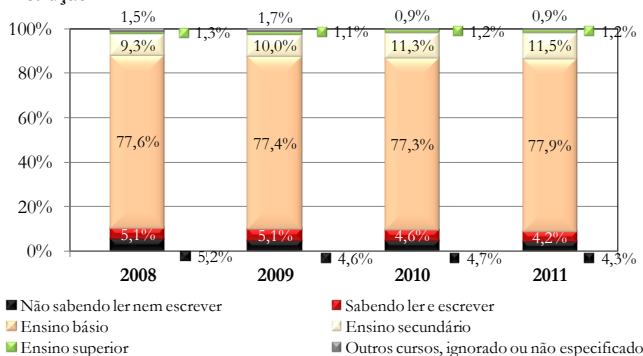
Figura 2 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o escalão etário



A **figura 2** ilustra o peso dos vários **escalões etários** dos reclusos nos estabelecimentos prisionais. A tendência verificada é de uma relativa estabilidade na estrutura etária dos reclusos, com a categoria mais representativa a ser a dos indivíduos entre os 25 e os 39 anos. Esta categoria apresenta uma ligeira diminuição no seu peso, entre 2008 e 2011, passando de 52,7% para 50,8% do total. Esta diminuição é compensada pelo aumento do

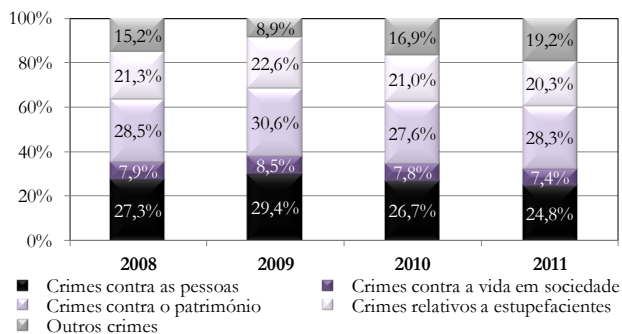
peso da categoria dos indivíduos entre os 40 e os 59 anos que, no mesmo período, passou de 30,7% para 32,8% do total.

Figura 3 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o grau de instrução



Relativamente à distribuição dos pesos do **grau de instrução** (**figura 3**) verificou-se mais uma vez uma tendência de estabilidade, sendo a categoria mais representativa a correspondente ao ensino básico, com mais de 77% do peso total. Entre 2008 e 2011 verificou-se uma ligeira redução do peso das categorias correspondentes a graus de instrução inferiores ao do ensino básico, que em conjunto representavam, em 2008, 10,3% do total e que em 2011 passaram a representar 8,5%. Esta redução é compensada pelo aumento verificado na categoria correspondente ao ensino secundário, que em 2008 representava 9,3% e em 2011 passou a representar 11,5%.

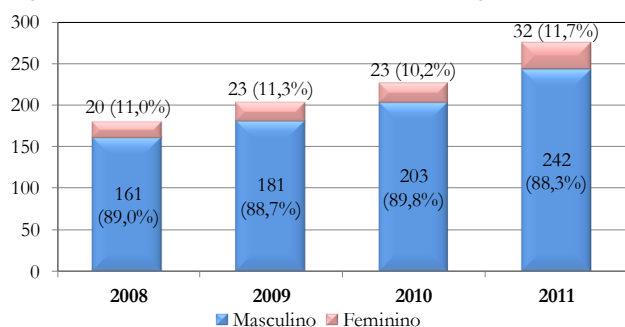
Figura 4 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o tipo de crime



Por seu turno, a observação da distribuição dos reclusos em estabelecimentos prisionais, por *tipo de crime* (figura 4) aponta uma vez mais no sentido de uma população prisional com características relativamente estáveis ao longo do período considerado. A destacar em 2011, face a 2008, uma redução do peso em 2,4 pontos percentuais do número de reclusos que cometeram crimes contra as pessoas, de 0,5 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes contra a vida em sociedade, de 0,2 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes contra o património e de 0,9 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes relativos a estupefacientes. Estas reduções são compensadas por um aumento do peso em 4,0 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram outros tipos de crime. Não deve ser no entanto esquecido que às diminuições em termos relativos anteriormente mencionadas corresponde um aumento, em termos absolutos, do número de reclusos nos estabelecimentos prisionais, entre 2008 e 2011.

Tendo agora em conta os *escalões etários* dos jovens internados em centros educativos (figura 6), é possível constatar uma tendência acentuada para o decréscimo do peso dos escalões etários correspondentes a idades inferiores a 16 anos (o peso destas categorias sofreu uma redução de 15,3 pontos percentuais entre 2008 e 2011). Esta redução é contrabalançada pelo aumento de cerca de 15,5 pontos percentuais no peso da categoria correspondente ao escalão etário entre os 16 e os 17 anos.

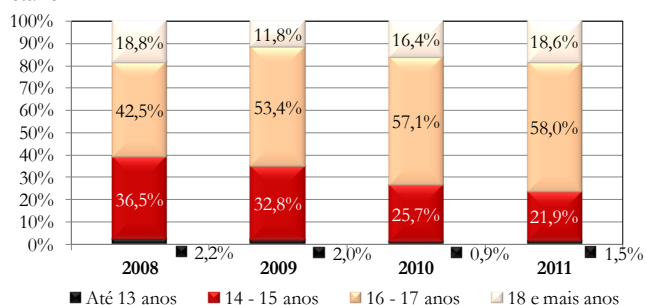
Figura 5 - Jovens internados em centros educativos segundo o sexo



### Caracterização dos menores em centros educativos

Fixando o foco no *número total de jovens internados em centros educativos* (figura 5) verifica-se que entre os anos de 2008 e 2011 se registou um aumento deste valor em cerca de 51,4% (passando de 181 em 2008 para 274 em 2011). Contudo, esse aumento não é uniforme, tendo sido verificado um aumento de 50,3% no número de jovens internados do sexo masculino e um aumento de 60,0% no número de jovens internados do sexo feminino.

Figura 6 - Jovens internados em centros educativos segundo o escalão etário



*Notas de rodapé*

---

<sup>1</sup> Não inclui reclusos militares

*Ficha técnica:*

---

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do sector da Justiça.

A Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, define as bases gerais, as linhas orientadoras e os princípios por que se rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), nomeadamente no que respeita à delegação de competências do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), IP noutras entidades.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, foi celebrado o protocolo pelo qual são delegadas na DGPJ competências do INE para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça.

Como entidade delegada, a DGPJ fica sujeita ao cumprimento, na parte relevante, da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de Maio, assim como das normas estabelecidas na legislação comunitária, adoptando o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico do INE.

Documento elaborado por: Pedro Correia, estatístico, consultor da Área de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça.

---

Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)  
Av. D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3  
1990-097 Lisboa, Portugal  
Tel.: +351 217 924 000  
Fax.: +351 217 924 090  
E-mail: [correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)  
<http://www.dgpj.mj.pt>